O negacionismo científico e os ataques à pesquisa em São Paulo: território, ciência e resistência

DOI: 10.54446/bcg.v15i2.3992

Rogério Bezerra da Silva[1]

Resumo

Este ensaio analisa o avanço de políticas e discursos que ameaçam universidades e institutos públicos paulistas. Inspirado na geografia crítica de Milton Santos, o texto mostra que o território científico — onde se produz e disputa o conhecimento — é central nos conflitos políticos e econômicos. Com base nos debates do seminário promovido pela ADunicamp em setembro de 2025, são identificadas três dimensões do negacionismo científico: discursiva, institucional e epistemológica. Esse negacionismo se materializa nos cortes de recursos das instituições, em projetos de lei que fragilizam carreiras científicas e a mercantilização da gestão do conhecimento. O ensaio propõe uma agenda de resistência, que envolve comunicação científica popular, mobilização sindical e parlamentar, e reorientação das políticas de ciência e tecnologia para o interesse público. Defende, sobretudo, o reencantamento da universidade e dos institutos de pesquisa como espaços de cidadania, solidariedade e emancipação social, onde ciência e democracia se fortaleçam mutuamente.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo científico, Território usado, Universidade pública, Resistência, Território científico.

1 Doutor e mestre em Política Científica e Tecnológica e bacharel em Geografia pela Unicamp, foi diretor de pesquisa aplicada da Fundacentro (2023/2024). Atualmente é colunista do portal Radar Democrático. E-mail: rogerio.bezerra.silva@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-4508-6309.

Introdução

O avanço do negacionismo científico no Brasil não pode ser compreendido apenas como rejeição a evidências científicas ou como crise de legitimidade do conhecimento. Trata-se de um processo histórico e político que articula discursos, reformas institucionais e lógicas de mercado, resultando em ataques concretos à autonomia, ao financiamento e ao patrimônio da ciência pública. Este ensaio analisa criticamente eventos, políticas e discursos que ameaçam a ciência pública, particularmente no estado de São Paulo, articulando diferentes perspectivas teóricas e experiências concretas de organizações e instituições de pesquisa.

Adota-se uma abordagem interdisciplinar, unindo Geografia, Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e Saúde e Segurança do Trabalhador, para interpretar o negacionismo científico como fenômeno territorial. Seguindo a leitura de Milton Santos (1999, 2000 e 2005), o território é entendido como resultado de práticas sociais, políticas e econômicas, em que ciência e tecnologia não são neutras, mas profundamente enraizadas em disputas de poder. Ciência e pesquisa não existem em espaços abstratos, mas são produzidas dentro de contextos específicos, atravessados por desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades. Assim, cortes orçamentários, internalização de modelos de gestão mercantis, precarização de carreiras e tentativas de mercantilização do conhecimento não se distribuem de forma homogênea: reconfiguram territórios científicos, produzindo vulnerabilidades diferenciadas.

A questão-problema que orienta esta reflexão é: como compreender e enfrentar os ataques às instituições públicas de pesquisa em São Paulo enquanto formas de negacionismo científico que reconfiguram territórios científicos?

O negacionismo científico não é um fenômeno recente, mas sim um processo histórico que vem sendo reconfigurado e instrumentalizado em contextos políticos e institucionais contemporâneos. Guimarães (2022) analisa o negacionismo científico como um fenômeno histórico e político que ultrapassa o campo epistemológico. A autora mostra que, embora o debate pós-moderno sobre a relativização da verdade tenha contribuído para questionar os critérios científicos, o negacionismo contemporâneo vai além: ele se tornou uma estratégia política e ideológica que visa desacreditar instituições de conhecimento e legitimar projetos de poder, especialmente no contexto da extrema direita.

Com esse horizonte, nos dias 24 e 25 de setembro de 2025, a ADunicamp (Associação de Docentes da Unicamp) sediou o seminário "O negacionismo científico e os ataques à pesquisa em São Paulo", organizado em parceria com o portal de notícias Radar Democrático, a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) e o Sindicato dos Trabalhadores da Embrapa (SINPAF Campinas-Jaguariúna). O encontro reuniu pesquisadores, docentes, jornalistas, parlamentares e representantes de entidades acadêmicas e sindicais, evidenciando a necessidade de articulação entre diferentes atores sociais para a defesa da universidade pública e dos institutos de pesquisa.

A programação foi estruturada em mesas temáticas que refletiram os principais eixos de ataque e resistência no campo científico paulista:

Mesa 1 – "Por que defender as universidades e institutos públicos de pesquisa?" com Maria Maeno (Fundacentro) e Márcio Wagner Batista dos Santos (ANDES-SN e ADUFPA), debatida por Márcio Moretto Ribeiro (Presidente da ADUSP)

Mesa 2 – "As ameaças invisíveis e visíveis às instituições públicas de ensino e pesquisa" com Rogério Bezerra da Silva (Radar Democrático) e Antônio Luís de Andrade (Presidente da Adunesp), debatida por Frederico Arzolla (CPRTI)

Mesa 3 – "A comunicação como ferramenta estratégica na defesa da ciência pública" com Adrielen Alves (EBC), Paulo Salvador (Rede TVT) e Claudia Santiago (Núcleo Piratininga de Comunicação), debatido por Wanderley Garcia (Radar Democrático)

Mesa 4 – "Institutos públicos de pesquisa paulistas sob ataque" com Helena Dutra Lutgens (Presidenta da APqC) e Jorge Luis Souto Maior (Professor de Direito da USP), debatida por Ricardo Costa Rodrigues de Camargo (Presidente do SINPAF Campinas-Jaguariúna)

Mesa 5 – "A luta no Parlamento: a defesa política das universidades e institutos de pesquisa no legislativo paulista" com Donato (Deputado Estadual/PT), Luciene Cavalcante (Deputada Federal/PSOL) e Silvia Gatti (Presidenta da ADunicamp), debatida por Mário Camargo (Radar Democrático)

Mesa de encerramento – "O amanhã em disputa: qual o futuro das instituições públicas de ciência e tecnologia em São Paulo?" com Renato Dagnino (IG Unicamp), debatida por Rogério Bezerra da Silva (Radar Democrático).

Os debates realizados ao longo do Seminário, que foram utilizados como fontes para a elaboração deste ensaio, reafirmaram a compreensão do território científico como espaço em disputa, cuja defesa exige estratégias coletivas de enfrentamento às políticas negacionistas – discursivas, institucionais e epistemológicas – que ameaçam a ciência pública em São Paulo e no Brasil.

As reflexões apresentadas neste ensaio não derivam apenas da análise teórica, mas se constituem também a partir das discussões, trocas e controvérsias produzidas nas mesas do Seminário. Os debates entre pesquisadores, jornalistas, parlamentares e representantes sindicais funcionaram como instâncias de produção coletiva de conhecimento, oferecendo insumos empíricos e interpretativos fundamentais para a compreensão do negacionismo científico como fenômeno territorial.

Dessa forma, o ensaio deve ser lido como resultado de um processo dialógico, no qual a crítica acadêmica se articula com a experiência prática e política dos sujeitos envolvidos na defesa da ciência pública.

Fundamentação teórica: território, ciência e poder

Milton Santos desenvolveu categorias analíticas fundamentais para compreender as relações entre espaço, ciência e poder. Em "O dinheiro e o território", o autor afirma que "o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 1999, p. 8). Assim, todo território é simultaneamente suporte físico e instância socialmente produzida, mediando práticas, conflitos e interesses.

Suas noções de verticalidades — fluxos impostos "de cima", guiados pela lógica global do mercado, que reorganizam o território segundo interesses hegemônicos — e de horizontalidades — relações locais enraizadas, baseadas na convivência, cooperação e práticas cotidianas — permitem compreender as dinâmicas contemporâneas da produção e da circulação do conhecimento (SANTOS, 1996 e 2000).

Propõe-se, com isso, compreender o "território científico" como um espaço socialmente produzido, no qual se materializam as práticas, relações e disputas vinculadas à produção, à circulação e ao uso do conhecimento científico. Trata-se de um território simultaneamente material e simbólico, resultante da interação entre o "chão" — as infraestruturas, instituições e corpos que fazem a ciência existir — e a identidade — os valores, saberes e sentidos que conferem finalidade social à atividade científica (SANTOS, 1996 e 2000).

Nesse território, verticalidades e horizontalidades se entrelaçam, configurando um campo de poder, disputa e resistência. Universidades e institutos públicos de pesquisa não são apenas lugares físicos de produção científica, mas também instâncias decisivas na definição dos rumos da sociedade, da função social da ciência e, em última instância, da própria democracia. Assim, o território científico articula dimensões espaciais, sociais e epistemológicas, refletindo tanto a territorialização da ciência em contextos específicos quanto sua influência nos processos de desenvolvimento regional e global (SANTOS, 1996; HAESBAERT, 2004).

Dessa forma, cortes orçamentários, precarização das relações de trabalho e privatização não devem ser interpretados apenas como medidas administrativas, mas como processos de reconfiguração territorial, que alteram as condições de produção, circulação e legitimidade do saber científico.

David Harvey reforça essa leitura ao mostrar que o neoliberalismo é, enquanto verticalidade, um projeto de restauração de classe (HARVEY, 2005). Os ajustes neoliberais produzem desigualdades locais e reconfiguram os espaços de produção, inclusive da ciência, subordinando-os à lógica do capital. Saskia Sassen (2001) acrescenta que a globalização não se realiza em um espaço neutro, mas em lugares concretos, onde tende a desestruturar economias locais e instituições públicas — efeito particularmente visível nos sistemas nacionais de ciência e tecnologia.

No contexto latino-americano, autores como Óscar Varsavsky, Jorge Sábato, Ruy Mauro Marini, Amílcar Herrera e Aníbal Quijano permitem ampliar a compreensão crítica do território científico. Varsavsky (1990) evidencia que a ciência e a tecnologia

nos países periféricos historicamente se desenvolveram sob dependência estrutural, reproduzindo hierarquias globais e subordinando o conhecimento às necessidades do mercado internacional. Sábato (1980), ao propor a noção de "matriz tecnológica", mostra que a produção científica é expressão de escolhas políticas e estratégicas, vinculadas tanto a projetos nacionais quanto às pressões externas.

Ruy Mauro Marini (1973) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que a dependência econômica e social latino-americana engendra assimetrias que se reproduzem na ciência e na educação, configurando territórios científicos marcados pela dominação e pela subordinação epistemológica. Amilcar Herrera (1997), por sua vez, destaca o papel das instituições públicas de ciência como mediadoras do desenvolvimento social, alertando para os riscos de sua captura política e mercantil. Finalmente, Anibal Quijano (2000) introduz a noção de "poder colonial do saber", evidenciando como hierarquias epistemológicas e raciais moldam a produção científica e limitam a diversidade de perspectivas, reproduzindo a colonialidade no interior do território científico.

Essas contribuições permitem compreender o território científico como um espaço de disputa entre projetos civilizatórios, no qual se confrontam a lógica do capital e as possibilidades de construção de uma ciência orientada pelo bem comum e pela autonomia cognitiva latino-americana.

Do ponto de vista epistemológico, Boaventura de Sousa Santos (2007) denuncia a mercantilização da ciência, mostrando que o produtivismo acadêmico gera uma "ciência sem consciência", submetida a métricas de mercado que desfiguram sua função social. Robert K. Merton (1973) já advertia que os valores constitutivos da ciência — comunalismo, universalismo, desinteresse e ceticismo organizado — são corroídos quando a produção científica se submete a interesses privados e competitivos. Pierre Bourdieu (2004) acrescenta que a ciência se transformou em campo de disputas por capital simbólico e econômico, em que pressões externas minam sua autonomia.

Nesse cenário, as análises de Jorge Luiz Souto Maior, apresentadas no seminário "O negacionismo científico e os ataques à pesquisa em São Paulo", introduzem uma dimensão essencial: a precarização das relações de trabalho — flexibilização e intensificação — afeta diretamente a autonomia intelectual e a qualidade da produção científica. Essa leitura converge com Richard Sennett (1998), que demonstra como a lógica da flexibilização e do curto prazo corrói valores de cooperação e continuidade, fundamentais à prática científica.

A integração das categorias de Santos (1996 e 2000) com as análises de Harvey (2005), Sassen (2001), Sousa Santos (2007), Merton (1973), Sennett (1998), Bourdieu (2004), Souto Maior, e dos pensadores latino-americanos Varsavsky (1990), Sábato (1980), Marini (1973), Herrera (1997) e Quijano (2000), permite compreender a ciência como parte constitutiva do território: um espaço de produção de conhecimento, arena de disputas políticas e campo de reprodução — ou contestação — de desigualdades sociais e epistêmicas.

Assim, precarização, privatização, flexibilização e cortes de financiamento não apenas fragilizam as instituições científicas, mas também transformam profundamente o território científico, afetando o modo como o território é usado, vivido e disputado — e, sobretudo, impactando a vida, a saúde e a dignidade dos trabalhadores que produzem o saber.

O negacionismo científico na formação do território científico

O negacionismo científico pode ser compreendido como uma prática que atua diretamente sobre o território científico, buscando submetê-lo a pressões externas e, mormente, aniquilar seus fluxos de produção, circulação e legitimação do conhecimento. Recorrendo às análises de Milton Santos (2000), percebe-se que essa prática se dá em múltiplas dimensões — discursiva, institucional e epistemológica — que se articulam de forma a transformar universidades e institutos de pesquisa em espaços subordinados a lógicas de poder imbricadas ao mundo do capital. Essa compreensão pode ser reforçada com as reflexões de Maria Maeno, Helena Dutra Lutgens e Silvia Gatti, que enfatizam, ao longo do Seminário, como a precarização do trabalho científico, a mercantilização da ciência e a transposição de lógicas mercantis para a organização das instituições científicas afetam a produção de conhecimento socialmente relevante e a própria vida dos pesquisadores.

As análises de Lea Velho (2004 e 2011), Hebe Vessuri (1994 e 2003) e Carlota Pérez (2002) contribuem também para aprofundar essa leitura, ao evidenciarem que as crises da ciência não podem ser entendidas apenas como conjuntural, mas como resultado de transformações estruturais nas formas de produção e legitimação do conhecimento em contextos marcados por assimetrias globais e regimes de acumulação de capital.

Essas contribuições e formulações teóricas ajudam na compreensão de que o negacionismo científico se manifesta como prática territorial justamente porque busca reconfigurar a geopolítica do saber, subordinando a ciência a interesses econômicos e desestabilizando suas funções sociais e epistemológicas. Cada uma das três dimensões do negacionismo científico podem assim ser definidas:

Dimensão discursiva

O negacionismo se expressa por meio de narrativas institucionais que desqualificam a universidade pública, apresentando-a como "locus da balburdia", onerosa, ineficiente e, por isso, dispensável. Conforme Sousa Santos (2007), tais discursos operam como instrumentos de deslegitimação social, afetando a percepção pública sobre a ciência e restringindo o debate sobre seu papel social.

Maria Maeno reforçou, no Seminário, essa perspectiva ao destacar que ataques discursivos à ciência pública não apenas fragilizam instituições, mas também afetam a saúde mental e laboral de pesquisadores e trabalhadores, ampliando tensões e riscos psicossociais no ambiente acadêmico.

Helena Lutgens, também no Seminário, complementou essa perspectiva ao afirmar que a construção de narrativas que deslegitimam saberes críticos e comunitários funciona como mecanismo de controle social, moldando percepções sobre o valor da ciência para a sociedade.

Dimensão institucional:

Reformas de legislações e administrativas que reduzem financiamento, impedem o desenvolver de carreiras e atacam a autonomia das instituições científicas correspondem a atos de negação do território científico. Harvey (2005) observa que ajustes neoliberais reconfiguram espaços de produção, impondo a lógica da organização mercantil às estruturas locais e precarizando relações laborais.

Nesse sentido, as políticas científicas contemporâneas, ao adotarem os princípios da gestão pública gerencial, inspirados no setor privado, para a condução das instituições de pesquisa orientam também a ciência para um campo gerencializado, no qual a autonomia dos pesquisadores é reduzida e o valor do conhecimento passa a ser medido por sua utilidade mercantil (VELHO, 2004). Esse processo institucionaliza uma forma de negação estrutural da função pública da ciência, alinhando-se às tendências de privatização do saber.

Silvia Gatti, Márcio Wagner Batista dos Santos e Frederico Arzolla enfatizaram no Seminário que políticas públicas que subfinanciam ou fragilizam universidades e institutos de pesquisa resultam em precarização estrutural do trabalho científico, afetando tanto a produção de conhecimento quanto as condições de saúde ocupacional dos pesquisadores. Nessa perspectiva, projetos de lei e cortes orçamentários não são meras medidas técnicas, mas intervenções que moldam o território científico, muitas vezes aniquilando suas dinâmicas internas e sua capacidade de gerar conhecimento socialmente relevante.

Assim, a fragilização institucional das universidades e institutos de pesquisa expressa não apenas uma política de austeridade, mas uma dinâmica global de financeirização do conhecimento (PEREZ, 2002).

Dimensão epistemológica:

A mercantilização do conhecimento, conforme Merton (1973) e Bourdieu (2004), privilegia agendas e interesses privados, reduzindo a autonomia epistemológica das instituições públicas. O produtivismo acadêmico e a internalização pelas próprias universidades e institutos de pesquisa da lógica de funcionamento do mercado em sua organização constituem o que pode ser denominado como "colonização do território científico pela lógica do capital" (SANTOS, 1996), em que saberes não submetidos a essa lógica são marginalizados, configurando um epistemicídio silencioso.

O negacionismo não se limita a negar conteúdos científicos, mas atua também para subtrair a legitimidade de formas alternativas, críticas e contextuais de saber, operando como um dispositivo de exclusão e silenciamento epistemológico (VELHO, 2011; VESSURI, 2003).

Para Helena Lutgens, Silvia Gatti e Maria Maeno, como destacaram no Seminário, a imposição de lógicas de mercado sobre a produção científica limita a capacidade de investigar problemas sociais, contribuindo para um desenraizamento do conhecimento e para a precarização das práticas da ciência.

Negacionismo científico: ameaça visível e invisível às instituições de pesquisa do estado de São Paulo

As instituições de pesquisa em São Paulo vêm sendo alvo de múltiplas formas de ameaças que se expressam em diferentes dimensões — patrimonial, institucional, financeira e política. Algumas dessas ameaças, no presente contexto, são visíveis:

- Venda da Fazenda Santa Elisa e de áreas de outros institutos públicos de pesquisa: tentativa de alienar patrimônios científicos históricos — como as áreas do IAC (Instituto Agronômico de Campinas), do Instituto Biológico, do Instituto de Zootecnia e do ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos) —, convertendo espaços dedicados ao desenvolvimento tecnológico agronômico e ambiental em ativos imobiliários. A perda dessas áreas compromete projetos de pesquisa de longo prazo e desarticula sistemas científicos que demoraram décadas para ser consolidados.
- PLC 9/2025: o Projeto de Lei Complementar apresentado pelo governo estadual paulista propõe mudanças que fragilizam carreiras científicas e ameaçam a estabilidade institucional de pesquisadores e servidores dos institutos públicos. O projeto abre brechas para a terceirização e a flexibilização de funções estratégicas, representando um ataque direto à autonomia científica e à continuidade de políticas públicas baseadas na ciência.
- Cortes e ameaças de contingenciamento na FAPESP: ao colocar em risco os repasses obrigatórios à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o governo estadual amplia a pressão estrutural sobre a produção científica. A FAPESP é responsável por financiar mais de 40% das bolsas de pesquisa e projetos científicos do estado; qualquer tentativa de reduzir seus recursos afeta diretamente universidades, institutos e centros tecnológicos, prejudicando a formação de pesquisadores e a produção científica em todas as áreas.
- Repressão a manifestações estudantis e docentes: a intensificação da repressão contra estudantes, trabalhadores e movimentos sindicais evidencia que a defesa do território científico é também uma disputa por cidadania e democracia. O cerceamento da liberdade de expressão e de organização no ambiente acadêmico impacta não apenas a autonomia universitária, mas também a saúde mental e as condições laborais de pesquisadores, docentes e estudantes, deteriorando o ambiente de produção de conhecimento crítico.

Junto a essas ameaças visíveis às instituições, há também outras que são invisíveis, como é o caso do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse Marco Legal introduz no território mecanismos que internalizam os princípios do setor

privado na condução das instituições e na produção da pesquisa pública — uso privado de infraestrutura pública, cessão de servidor público para fins privados, contratos de exploração de resultados, criação de empresas de base tecnológica dentro das universidades e incentivos à cooperação público-privada. Tais instrumentos, apesar de apresentados como neutros e benéficos para o desenvolvimento da ciência, atuam como vetores de mercantilização do conhecimento, deslocando a prioridade das universidades do interesse público para critérios de eficiência econômica e retorno privado.

Nesse sentido, adotando uma perspectiva de Santos (1996 e 2000), o Marco Legal também pode ser compreendido como uma verticalidade, tendo em perspectiva que ele atua como uma força externa que organiza e disciplina o espaço local segundo interesses e lógicas que transcendem as horizontalidades do território.

No território científico, essa verticalidade se manifesta de forma concreta: recursos — financeiros, materiais e pessoas — concentram-se em áreas de maior potencial econômico, enquanto pesquisas fundamentais ou socialmente relevantes ficam marginalizadas. A diversidade científica e tecnológica é reduzida, e a função social da universidade — formar profissionais comprometidos com a sociedade e produzir conhecimento socialmente includente e transformador — fica fragilizada. A flexibilização de regimes trabalhistas e a ampliação de vínculos com empresas privadas corroem a estabilidade das carreiras docentes e científicas, impactando também a saúde do trabalhador acadêmico, comprometendo condições de trabalho e bem-estar institucional.

O caráter "invisível" do Marco Legal, enquanto uma ameaça às instituições de pesquisa, foi evidenciado por Rogério Bezerra da Silva no Seminário, ao destacar que essa legislação mascara uma lógica de privatização de "dentro para fora" das instituições. Sob o pretexto de eficiência e competitividade, trabalhadores produtores de conhecimento científico passam a operar como empresários do conhecimento, comprometendo princípios centrais da pesquisa pública, da autonomia acadêmica e da democratização do saber. Na visão crítica de autores como Sousa Santos (2007) e Merton (1973), a mercantilização do conhecimento não apenas reorganiza territórios, mas impõe hierarquias epistemológicas que desvalorizam outros saberes.

Nesse contexto, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação representa um risco estrutural à produção científica orientada ao interesse público, antecipando uma transição gradual para um modelo de "universidade-empresa", em que a lógica do mercado se sobrepõe à lógica da solidariedade.

Antônio Luís de Andrade e Márcio Moretto Ribeiro enfatizaram no Seminário que as universidades públicas enfrentam essas ameaças múltiplas, tanto as visíveis quanto as invisíveis. Eles alertam que a precarização do trabalho, a insuficiência de investimentos e as políticas de desmonte institucional comprometem a qualidade do ensino e da pesquisa, ao mesmo tempo em que a ingerência política sobre a gestão e o orçamento coloca em risco a independência acadêmica e a pluralidade do conhecimento produzido.

Como enfatizado por Antônio Luís de Andrade e Márcio Moretto Ribeiro, a defesa das universidades públicas exige mobilização social e política contínua, articulando docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos. Somente por meio dessa resistência estruturada é possível assegurar acesso democrático ao ensino superior e manutenção da produção científica voltada às necessidades da sociedade.

Por sua vez, Maria Maeno, Helena Lutgens e Silvia Gatti reforçaram que a proteção das instituições científicas está diretamente vinculada, no campo das horizontalidades, à defesa das condições de trabalho e da autonomia epistemológica dos sujeitos que produzem ciência, mostrando que negar a ciência não é apenas um ataque ao conhecimento, mas também aos territórios em que se insere.

A comunicação como instrumento de resistência e empoderamento

A comunicação ocupa posição estratégica na resistência à mercantilização e ao negacionismo, pois não apenas difunde informações, mas legitima o conhecimento ao enraizá-lo no cotidiano, nas experiências locais e nos problemas concretos enfrentados pela população (Porto-Gonçalves, 2003 e 2012). Essa dimensão territorial é central na obra de Milton Santos (1994 e 2000), que lembra que o território "fala": os espaços que habitamos e praticamos carregam sentidos próprios, exigindo uma ciência que se conecte às vivências e necessidades concretas das pessoas.

André Pasti (2024) propõe pensar a comunicação a partir do território usado e praticado. Essa perspectiva rompe com a visão da comunicação como mera transmissão de mensagens e a reinsere em um campo de forças que articula materialidades, práticas e sentidos. Assim, a comunicação deve ser analisada em sua totalidade, compreendendo tanto os fluxos descendentes, controlados por agentes hegemônicos, quanto as dinâmicas ascendentes, que emergem das horizontalidades e da densidade comunicacional dos lugares.

A comunicação no território científico deve ser efetivada como uma prática capaz de engajar o público e fomentar reflexão crítica, transformando o saber em ação coletiva. Nesse sentido, Claudia Santiago e Paulo Salvador enfatizaram, no Seminário, que o jornalismo alternativo, as mídias comunitárias e as práticas de comunicação científica devem estar voltadas ao fortalecimento de redes de solidariedade com o objetivo de visibilizar pautas locais, atuando contra a alienação territorial produzida por fluxos informacionais hegemônicos.

Exemplos recentes ilustram essa potencialidade. Adrielen Alves mostrou, no Seminário, como os videocasts científicos e produções televisivas públicas aproximam conteúdos acadêmicos da vida cotidiana, tornando-os acessíveis e relevantes. Como destacado por ela, a socialização do conhecimento amplia a capacidade de mobilização e engajamento cidadão.

Essa abordagem dialoga também com teorias de Latour (1987), quando este evidencia que o conhecimento só adquire relevância social quando mediado em redes. Por sua vez, Nowotny, Scott e Gibbons (2001) sublinham a necessidade de uma ciência

contextualizada e distribuída socialmente. Ou seja, a comunicação, quando situada nos lugares e conectada ao cotidiano, pode fortalecer práticas reflexivas e democráticas.

Assim, a comunicação no território científico não deve ser reduzida à simples divulgação. Trata-se de um instrumento de resistência e de emancipação, capaz de enfrentar a violência da informação (Santos, 2000), criar alternativas comunicacionais ascendentes e ampliar a densidade comunicacional desse território. Quando mediada de forma inclusiva, promove ciência cidadã, fortalece a participação democrática e reafirma o conhecimento como recurso estratégico para a transformação social e territorial.

A reorientação da política pública de produção de conhecimento científico e tecnológico para a promoção das horizontalidades territoriais

A formulação de políticas públicas de produção de conhecimento científico e tecnológico historicamente tem sido orientada por prioridades voltadas ao mercado e à competitividade acadêmica, frequentemente distantes das necessidades sociais concretas e das especificidades territoriais (SANTOS, 2000; HARVEY, 2005). Nesse contexto, Renato Dagnino propôs, no Seminário, um paradigma alternativo, centrado nas demandas sociais e na transformação dos territórios, desafiando a lógica da mercantilização perversa que permeia grande parte das agendas das universidades e institutos de pesquisa.

Para Renato Dagnino, isso implica superar agendas produtivistas e mercantilizantes, realinhando a pesquisa científica e tecnológica às demandas concretas dos territórios e à promoção da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da inclusão democrática.

As diretrizes centrais para a reorientação da política de produção de conhecimento, propostas por Dagnino (2005 e 2013), articulam ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com impactos sociais e ambientais significativos:

i. Centralidade da extensão

- Reconectar universidade e instituto de pesquisa à sociedade, articulando os problemas reais dos territórios onde as instituições estão inseridas;
- Tornar a extensão atividade estruturante, e não apenas complementar ao ensino e à pesquisa, reconhecendo seu papel na mediação entre conhecimento acadêmico e experiências locais.

ii. Arranjos produtivos solidários e tecnociência solidária

- Desenvolver tecnologias para fortalecer empreendimentos solidários, promovendo autonomia econômica e inovação social;
- Apoiar incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, articulando pesquisa e produção para transformação social.

iii. Reorientação da pesquisa

- Superar o produtivismo acadêmico e agendas ditadas por interesses mercantis, evitando a mercantilização interna do conhecimento;
- Adotar o conceito de adequação sociotécnica, orientando tecnologias e pesquisas de acordo com princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e relevância territorial.

iv. Transformação do ensino

- Politizar e dessacralizar os conteúdos curriculares, promovendo educação crítica, interdisciplinar e emancipatória;
- Romper com a lógica de formação voltada apenas à empregabilidade, priorizando a construção de capacidades reflexivas, cidadãs e territoriais.

v. Projeto de universidade e institutos de pesquisa

- Compromisso institucional com uma sociedade inclusiva, justa e ambientalmente responsável;
- Estabelecer governança capaz de materializar diretrizes transformadoras, promovendo a não-dissociação entre áreas de conhecimento;
- Consolidar a universidade e institutos de pesquisa como atores ativos na construção de soluções para problemas concretos dos territórios, fortalecendo a função social da ciência e seu papel na democratização do conhecimento.

Essa perspectiva sugere que ensino, extensão e pesquisa devem estar articuladas no território, formando redes de conhecimento inclusivas e solidárias. A implementação de políticas públicas desde esses princípios exige atenção às condições institucionais e laborais, reconhecendo a saúde do trabalhador acadêmico e a estabilidade das carreiras como elementos centrais para a efetividade da pesquisa e da extensão (SENNETT, 1998).

Dessa forma, políticas de ciência e tecnologia estruturadas por esses princípios podem não apenas contrapor práticas de mercantilização e negacionismo, mas também consolidar a universidade e os institutos de pesquisa nos territórios científicos como centrais nos processos de promoção da solidariedade e emancipação social.

Produzindo encantamentos: agenda estratégica para resistência ao negacionismo

Defender as universidades e os institutos de pesquisa é mais do que um gesto de autopreservação acadêmica: é um ato de compromisso histórico com o futuro coletivo. Não basta proteger cargos, laboratórios e carreiras; é preciso reencantar a

universidade e institutos públicos de pesquisa como espaços públicos de criação, encontro e transformação.

Salvar essas instituições exige uma dupla coragem: primeiro, abrir a episteme científica às demandas tecnocientíficas da sociedade, traduzindo o saber científico em linguagem viva, que fale aos problemas cotidianos da população; segundo, engajar intensamente docentes, técnicos, estudantes e pesquisadores, protagonistas de um processo de reinvenção que só será verdadeiro se estiver enraizado na solidariedade.

Essa tarefa não é pequena. Resistir ao negacionismo científico requer mais do que respostas pontuais: exige uma estratégia tecida em múltiplas frentes, em rede com os próprios pares acadêmicos, movimentos sociais, sindicatos, comunicadores e parlamentares. Mais do que reagir, trata-se de construir um território científico que se reconhece no "chão onde pisa"; que se projeta como farol de democracia, justiça social e solidariedade; que traduz seu saber em práticas concretas de emancipação.

Ao protagonizarem ações de pesquisa, ensino e extensão articuladas às necessidades dos territórios, estudantes e trabalhadores da produção de conhecimento científico fortalecem a universidade e institutos de pesquisa de dentro para fora. Ou seja, esse protagonismo deve ocorrer, sobretudo, por meio da reorientação da episteme científica — conjunto de princípios, valores, métodos e pressupostos teóricos que fundamentam e legitimam a produção do conhecimento científico em determinado contexto histórico e social, orientando o que é considerado verdade e o modo como se chega a ela (FOUCAULT, 1999; KUHN, 2011) — a propósitos de solidariedade.

O encantamento é ação política, pedagógica e cultural. E ele se materializa, como proposto pelos expositores e debatedores do Seminário, em cinco dimensões estratégicas, que se desdobram em caminhos concretos para fazer da resistência uma agenda viva de futuro:

i. Luta político-institucional

A atuação no âmbito legislativo e executivo é essencial para proteger a autonomia universitária e garantir financiamento adequado à pesquisa pública. As estratégias incluem:

- **Monitoramento de projetos de lei:** acompanhamento sistemático de propostas legislativas que possam afetar carreiras de docentes e pesquisadores, financiamento público e patrimônio;
- **Fortalecimento de frente parlamentar ampla:** articulação com deputados e senadores, independente de filiação partidária, que defendam a universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada;
- **Elaboração de notas técnicas e dossiês:** produção de documentos que subsidiem parlamentares com dados sobre impactos sociais, econômicos e territoriais das políticas científicas e educacionais;

- **Pressão por concursos e contra privatizações:** mobilização organizada para garantir a realização de concursos públicos, manutenção de carreiras estáveis e impedimento de terceirizações ou venda de patrimônio científico;
- **Articulação com entidades acadêmicas e sindicais:** integração com associações de docentes, sindicatos de trabalhadores e conselhos acadêmicos para amplificar vozes coletivas e garantir presença ativa em audiências públicas e comissões legislativas.

Impacto esperado: fortalecimento da capacidade de influência política das comunidades acadêmicas, preservação da autonomia científica e garantia de continuidade da pesquisa pública.

ii. Comunicação científica

A comunicação assume papel estratégico na construção de legitimidade social da ciência e na resistência aos negacionismos:

- **Estratégias de divulgação popular:** campanhas que traduzam resultados científicos em linguagem acessível, dada a conexão das pesquisas com os problemas concretos do cotidiano;
- **Ampliação de mídias alternativas e comunitárias:** fortalecimento de canais digitais, podcasts, vídeos e jornalismo científico independente;
- **Produção de materiais acessíveis:** cartilhas, infográficos, podcasts e reportagens voltadas para públicos acadêmicos, estimulando o engajamento comunitário;
- **Fortalecimento de redes sindicais e científicas:** criação de fóruns e espaços de troca entre entidades acadêmicas, sindicatos e movimentos sociais para divulgação de informações estratégicas;
- **Fortalecimento de canais internos participativos:** newsletters, murais digitais, fóruns e reuniões que garantam comunicação transparente entre docentes, técnicos e estudantes.

Impacto esperado: aumento da compreensão pública sobre o valor da ciência, empoderamento das comunidades e criação de um ambiente favorável à mobilização social e cidadã.

iii. Ensino

O ensino é entendido como instrumento de transformação social e fortalecimento da ciência pública:

- **Reorientação crítica e interdisciplinar:** revisão de conteúdos e metodologias para conectá-los com demandas sociais, territoriais e ambientais;
- **Articulação entre áreas:** promoção de projetos integrados entre ciências exatas, humanas e sociais, superando compartimentalizações disciplinares;
- **Formação cidadã e crítica:** desenvolvimento de habilidades de análise crítica e engajamento social nos estudantes, vinculando aprendizado à realidade territorial.

Impacto esperado: estudantes mais preparados para intervir no território, fortalecendo o vínculo entre universidade, comunidade e ciência cidadã.

iv. Pesquisa e extensão

A pesquisa e extensão devem estar alinhadas com demandas sociais e territoriais, fortalecendo tecnociência solidária e alternativas sustentáveis:

- **Agendas baseadas em demandas sociais**: definição de linhas de pesquisa orientadas por necessidades concretas de arranjos produtivos solidários;
- **Incubadoras tecnológicas de arranjos produtivos solidários**: criação e fortalecimento de espaços de desenvolvimento tecnológico em parceria com arranjos produtivos solidários;
- **Tecnociência solidária**: desenvolvimento de soluções adequadas às realidades locais, promovendo sustentabilidade, justiça social e autonomia;
- **Integração da extensão**: transformar a extensão em eixo estruturante que articule ensino, pesquisa e ação territorial;
- **Pesquisa sobre efeitos do neoliberalismo**: produção de conhecimento crítico sobre impactos das políticas de precarização, privatização e mercantilização da ciência.

Impacto esperado: produção científica socialmente relevante, fortalecimento de redes de promoção de soluções que integrem ciência e comunidade, com foco em inclusão social e desenvolvimento equitativo.

Considerações finais

O Seminário "O negacionismo científico e os ataques à pesquisa em São Paulo" representa mais do que denúncia: é parte de um movimento de resistência territorial. Defender universidades e institutos públicos é proteger espaços onde ciência, sociedade e democracia se articulam.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais manifestações do negacionismo no campo científico, articulando-as a categorias de análise territorial propostas por Milton Santos, bem como às estratégias de resistência observadas em diferentes níveis (discursivo, institucional e epistemológico).

Quadro 1. Dimensões do negacionismo e suas expressões no território científico

Dimensão	Expressões no Contexto Paulista	Categoria de Milton Santos Associada	Impactos no Território Científico	Estratégias de Resistência
Discursiva	· Desqualificação da universidade pública · Narrativas de ineficiência ou desconexão social	· Território como construção simbólica · Disputa narrativa e de sentidos	· Perda de legitimidade social · Subordinação a lógicas mercantis	· Comunicação científica popular · Campanhas públicas, debates e seminários
Institucional	· PLC 9/2025 e cortes na FAPESP · Tentativas de venda da Fazenda Santa Elisa · Precarização das carreiras científicas	· Território como suporte político-econômico	· Fragilização da infraestrutura · Redução da autonomia acadêmica · Subordinação à lógica de mercado	· Mobilização sindical e acadêmica · Articulação parlamentar · Defesa jurídica e institucional
Epistemológica	· Produtivismo e lógicas mercantis · Invisibilização de saberes locais e sociais	· Território como espaço de saberes · Interface técnica e social	· Epistemicídio · Perda da função social da ciência	· Tecnociência solidária · Reorientação da pesquisa · Integração ensino–pesquisa–extensão

Fonte: Elaboração própria, com base em Santos (2000) e em documentos e acontecimentos do contexto paulista (2025).

O desafio, como observado no Quadro, é transformar o território científico em espaço de resistência e de produção de alternativas, articulando ciência, sociedade e democracia. Como sugere Milton Santos, trata-se de pensar um "período popular da história", em que a ciência e a gestão das instituições de ensino e pesquisa deixem de ser orientadas pela lógica do mercado e se tornem forças emancipatórias, comprometidas com a vida e com a justiça social.

Bibliografia

BOURDIEU, P. *Science of Science and Reflexivity*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2016.

DAGNINO, R. "Ciência e tecnologia para a cidadania ou adequação sociotécnica com o povo?". In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 89–112.

DAGNINO, R. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas: Editora da Unicamp, [s.d.].

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Negacionismo científico: do debate epistemológico à luta de classes. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, e00628185, 2022.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HERRERA, Ar. *Instituciones científicas y desarrollo territorial en América Latina*. Santiago de Chile: FLACSO, 1997.

LATOUR, B. Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

MARINI, R.M. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MERTON, R. K. *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. R*e-thinking Science: Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 2001.

PASTI, A. O novo e o velho na organização da mídia no território brasileiro: contribuições para a leitura da conjuntura atual a partir de Milton Santos. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 238–264, 2022.

PÉREZ, Carlota. Technological Revolutions and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De saberes e de territórios. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 163-176, maio/ago. 2003.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E.S. (orgs.). *Territórios em disputa: os desafios da territorialidade e da sustentabilidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 49-68.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2000.

SÁBATO, J. *Investigación y desarrollo tecnológico: la matriz tecnológica*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1980.

SANTOS, B.S. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7–13, 2009.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SENNETT, R. *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. New York: W. W. Norton & Company, 1998.

VARSAVSKY, Ó. *Ciencia, tecnologia y dependencia: América Latina en perspectiva*. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 1990.

VELHO, L. *A ciência e seus públicos: controvérsias e desafios da política científica.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

VELHO, L. *Ciência, tecnologia e inovação: desafios para o desenvolvimento social.* Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

VESSURI, H. *Ciencia, tecnología y sociedad: una perspectiva latinoamericana.* Caracas: Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, 2003.

VESSURI, H. *La ciencia periférica: ciencia y sociedad en América Latina.* México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Scientific denialism and attacks on research in São Paulo: territory, science and resistence

This essay analyzes the rise of policies and discourses that threaten public universities and research institutes in the state of São Paulo. Inspired by Milton Santos's critical geography, the text argues that the scientific territory — where knowledge is produced and contested — is central to political and economic conflicts. Based on debates from the seminar organized by ADunicamp in 2025, the essay identifies three dimensions of scientific denialism: discursive, institutional, and epistemological. This denialism materializes in funding cuts to institutions, legislative proposals that weaken scientific careers, and the commodification of knowledge. The essay proposes a resistance agenda that includes popular science communication, union and parliamentary mobilization, and the reorientation of science and technology policies toward the public interest. Above all, it defends the re-enchantment of universities and research institutes as spaces of citizenship, solidarity, and social emancipation, where science and democracy mutually reinforce one another.

KEYWORDS: scientific denialism, science and technology policy, public university, resistance, scientific territory.

El negacionismo científico y los ataques a la investigación en São Paulo: territorio, ciencia y resistencia

Este ensayo analiza el avance de políticas y discursos que amenazan a las universidades e institutos públicos paulistas. Inspirado en la geografía crítica de Milton Santos, el texto muestra que el territorio científico — donde se produce y se disputa el conocimiento — es central en los conflictos políticos y económicos. A partir de los debates del seminario promovido por ADunicamp en 2025, se identifican tres dimensiones del negacionismo científico: discursiva, institucional y epistemológica. Este negacionismo se materializa en los recortes de recursos a las instituciones, en proyectos de ley que debilitan las carreras científicas y en la mercantilización del conocimiento. El ensayo propone una agenda de resistencia que incluye la comunicación científica popular, la movilización sindical y parlamentaria, y la reorientación de las políticas de ciencia y tecnología hacia el interés público. Defiende, sobre todo, el reencantamiento de la universidad y de los institutos de investigación como espacios de ciudadanía, solidaridad y emancipación social, donde la ciencia y la democracia se fortalecen mutuamente.

PALABRAS CLAVE: negacionismo científico, política de ciencia y tecnología, universidad pública, resistencia, territorio científico.

Artigo recebido em outubro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.